

CONFERÊNCIA GOVERNANÇA DO SOLO

Carta de Brasília

O solo é o suporte da vida. Estoca água e recicla nutrientes, protege contra enchentes, sequestra carbono e abriga cerca de 25% da biodiversidade do planeta. A natureza leva cerca de 2000 anos para criar uma camada de apenas 10 centímetros de solo fértil, enquanto o mau uso resulta em danos permanentes. O uso inadequado desse recurso natural causa perdas da ordem de 5 a 7 milhões de hectares anualmente. Estimativas indicam que até metade dos solos férteis do planeta teria sido perdida nos últimos 150 anos.

A importância do solo tem sido gradativamente reconhecida pelos governos e pela sociedade. Tal fato, no âmbito internacional, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a instituir 2015 como o "Ano Internacional do Solo", para despertar maior conscientização sobre sua relevância. O solo ocupa destacado papel nas discussões da agenda de desenvolvimento pós-2015, sendo fundamental para a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A erradicação da pobreza, a mudança de padrões de produção e consumo e a proteção e uso dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são preocupações que estão na base do crescimento sustentável e são cruciais para uma abordagem sistêmica dos solos.

No Brasil, embora não exista uma política nacional específica para os solos, o tema perpassa várias políticas. Por encontrar-se de forma fragmentada em diversas normas, o entendimento do solo como recurso fundamental e estratégico e sua gestão pelas diferentes esferas de governo são dificultados.

É importante priorizar esse recurso natural nos debates que tratam de sustentabilidade. As discussões acerca

do tema certamente contribuirão para a sensibilização da sociedade, dos governantes e dos legisladores. Portanto, setores da sociedade civil, da comunidade científica e acadêmica, do empresariado e da gestão pública têm a responsabilidade de promover o debate, apresentar propostas e demandar iniciativas por parte dos atores competentes.

Essa responsabilidade motivou a realização da Conferência Governança do Solo, em Brasília. O termo governança pode ser compreendido na definição adotada pelo Tribunal de Contas da União para o setor público, como mecanismos de liderança, estratégia e controle usados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A conferência criou um espaço para discussão, de forma a organizar o conhecimento já existente por meio de propostas de ações que promovam o estabelecimento de condições imprescindíveis para a adequada governança do solo por parte das diferentes esferas de governo. Para tanto, foram convidados especialistas no tema, com o intuito de promover uma abordagem mais completa possível, distribuída por diferentes sessões e palestras e organizada em 4 grandes eixos: conhecimento do solo e institucionalidade; vulnerabilidades: mudanças climáticas, desertificação, eventos extremos e degradação; sustentabilidade da produção agropecuária, segurança alimentar e serviços ambientais; organização territorial e solos. Cada um desses eixos desdobrou-se em diversos temas, escolhidos por sua relevância, que foram tratados em painéis especifi-

cos.

Embora o conhecimento sobre os solos no Brasil tenha progredido nas últimas duas décadas, ainda faltam informações detalhadas do território. Assim, é preciso rediscutir e retomar os programas de levantamento e mapeamento de solos para obter informações em escalas adequadas ao planejamento de seu uso, manejo e conservação. Mapas mais precisos, contudo, não bastam. É necessário que os usuários saibam interpretá-los adequadamente. Neste sentido, a popularização da ciência do solo é fundamental para o sucesso de qualquer programa ou política pública que envolva o assunto.

Fatores como a percepção pública e a representação social do solo têm sido pouco explorados, tanto na pesquisa quanto na utilização destas ferramentas para alavancar o correto uso e manejo do solo. Deve-se buscar desenvolver a forma como o homem entende o solo, ampliando a percepção de sua importância, permitindo a melhor compreensão dos desafios relacionados e aumentando assim a mobilização social em torno da sua preservação. É imprescindível que se tenha um espaço específico para discussão e comunicação de políticas relacionadas ao solo.

Outras observações são a baixa utilização de financiamentos para recuperação ambiental, a incipiente utilização do mercado de pagamentos por serviços ambientais e a difícil relação causal poluidor-pagador. Tais constatações relacionam-se à dificuldade de adequação ambiental e de agregação de tecnologias necessárias à recuperação e à conservação do solo. A resposta para esses problemas certamente passam pela maior disseminação de tecnologias em conserva-

efeitos de mudanças climáticas, na manutenção dos mananciais e na sustentação da biodiversidade, na medida em que armazena água, controla a disponibilidade de nutrientes, protege contra enchentes, sequestra carbono e abriga cerca de 25% da biodiversidade do planeta. Apesar de tamanha importância, o tema é negligenciado tanto em nível nacional como internacional.

Por ser transversal, o tema “governança e preservação do solo” ainda é tratado de modo parcial e secundário quando são analisadas questões mais amplas em torno de outros temas - mudanças climáticas e alimentação, por exemplo. A consequência direta dessa ausência de foro específico é o desestímulo à cooperação e a insuficiência de recursos, que foi o objetivo do evento promovido pelo TCU, com apoio da SBCS.

No final do evento, os organizadores divulgaram a *Carta de Brasília*. O documento foi elaborado em conjunto por várias pessoas que participaram das 21 sessões técnicas da Conferência. Segundo Junnius Marques Arifa, técnico do TCU e um dos organizadores da Conferência, a expectativa é a de que a Carta chegue aos executores de políticas públicas e legisladores e sirva de referência aos debates sobre governança do solo: “esperamos que este documento dê legitimidade para legisladores, órgãos representativos da



A cerimônia de abertura contou com a presença de diversas autoridades brasileiras, revelando a importância do evento realizado pelo TCU

sociedade civil, pesquisadores e executivos interessados em aprofundar a questão da governança do solo e na adoção de medidas que protejam os solos brasileiros”.

O presidente do TCU, Aroldo Cedraz, o presidente da SBCS, Gonçalo Signorelli de Farias, e representantes de outros órgãos apoiadores do evento devem se encontrar novamente, ainda neste semestre, para traçar estratégias para divulgação da *Carta de Brasília* e apoiar a sua repercussão.



A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, na abertura do evento, em Brasília



O presidente da União Internacional de Ciência do Solo, Rainer Horn, foi um dos palestrantes e acompanhou todos os debates do evento



O pesquisador Carlos Nobre (Cemadem/MCTI) foi um dos palestrantes da Conferência



Além das grandes Conferências, o evento promoveu sessões técnicas, envolvendo pesquisadores e gestores em debates temáticos sobre solos



O presidente da SBCS, Gonçalo de Farias, participou dos debates e da produção da *Carta de Brasília* juntamente com a professora Nilvânia de Mello



A secretaria executiva da SBCS: o secretário-geral, Reinaldo Cantarutti; a Diretora da Divisão 2, Fátima Moreira; a Diretora da Divisão 1, Lúcia dos Anjos; o presidente, Gonçalo de Farias e o secretário-adjunto, Igor Assis

ção/recuperação do solo, tais como integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto, curvas de nível e barragens de contenção de água, além de iniciativas que facilitem o financiamento rural.

O Brasil é reconhecidamente um expoente na produção agropecuária. Apesar disso, ainda há espaço para ampliar e estimular práticas voltadas à produção agrícola sustentável, como o Programa ABC. Algumas políticas consideram apenas aspectos relacionados a riscos para a produção (p.ex. zoneamentos de riscos climáticos), mas não ponderam os impactos ambientais, sociais e econômicos de determinadas atividades agropecuárias em uma dada localidade, motivadas muitas vezes pela falta de informações. A solução desse problema passa pela apresentação de critérios mínimos a serem adotados pelos gestores públicos que permitam a avaliação da sustentabilidade da produção agropecuária.

Os desafios relacionados à segurança alimentar, à adaptação e mitigação das mudanças climáticas, à manutenção dos serviços ecossistêmicos associadas ao desafio do crescimento urbano e populacional impõem a necessidade do engajamento cada vez maior de múltiplos atores. Esta Conferência evidenciou que tais problemas vêm sendo debatidos em diferentes fóruns, nacionais e internacionais, cujas conclusões podem contribuir para a gestão sustentável do solo. A adoção de abordagens integradas, a criação de plataformas "multi stakeholders", a busca contínua pela incorporação de novas ferramentas de tecnologia da informação via Web, o planejamento permanente e participativo e a aprendizagem contínua, aliada ao avanço do conhecimento, serão essenciais para o sucesso de iniciativas locais de gestão do solo.

Um passo importante para melhorar a governança dos solos é o estabelecimento de mecanismos para a

superação dos conflitos do seu uso, tais como aperfeiçoamento dos instrumentos de ordenamento territorial e de regularização fundiária que, de fato, contribuam para a governança dos territórios e a promoção do desenvolvimento sustentável.

A ausência de revisão e de consolidação das normas que disciplinam a organização do território, o acesso aos recursos fundiários, o direito de propriedade de imóveis rurais e as ações de promoção do uso sustentável do solo e da água gera lacunas, sobreposições e outras ineficiências. Além disso, dificulta o estabelecimento de uma base para a boa governança da organização territorial e do acesso aos recursos fundiários. Sendo assim, é recomendável que os Poderes Executivo e Legislativo articulem-se de modo a revisar e a consolidar os normativos que regem a governança da terra, com a promoção da sustentabilidade do uso dos recursos solo e água, a fim de proporcionar uma maior clareza e melhor apropriação do tema.

Urge que o Poder Executivo, juntamente com os demais entes da Federação, elabore um planejamento estratégico, buscando a coordenação de esforços entre os vários atores envolvidos, a estruturação de metas claras e a definição de objetivos de longo prazo, bem como a consolidação e o detalhamento das formas para implementar as diversas iniciativas relacionadas ao solo.

Assim, no corrente ano internacional do solo, esta Conferência conclama a sociedade, governantes e legisladores para a ação. Não há mais espaço para postergação ou paliativos. Precisa-se de ações céleres e efetivas para a conservação de um recurso natural imprescindível para a sobrevivência de todas as formas de vida deste planeta.

Com esse propósito, a Conferência Governança do Solo compartilha com a sociedade as seguintes oportunidades

de melhoria, que refletem um conjunto de medidas estruturantes a serem priorizadas pelos diversos atores responsáveis:

- construção de um fórum permanente de discussão e troca de informações acerca do solo, com interfaces locais, regionais e internacional, a fim de promover o avanço contínuo das políticas e ações globais relacionadas ao tema;

- destaque para o solo nas políticas que promovam o desenvolvimento, com o estabelecimento de critérios mínimos para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade da produção agrícola;

- avanço no conhecimento do solo, com a elaboração de novos levantamentos e mapeamentos em escalas mais detalhadas, para fins de planejamento e uso do território e definição de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal;

- informação permanente à sociedade acerca das ameaças e dos custos envolvidos na atual forma de uso e exploração do solo, incentivando a participação ampla dos diversos segmentos sociais nas iniciativas locais de gestão desse recurso, inclusive com a utilização de novas ferramentas de tecnologia da informação via Web;

- revisão e consolidação das diversas normas e leis dispersas que tratam do solo, permitindo a elaboração de um planejamento estratégico que estabeleça metas, responsáveis e prazos para as políticas públicas fundamentais ao desenvolvimento sustentável;

- investimento na educação, preparação e capacitação adequada dos diferentes segmentos da sociedade que lidam diretamente com esse recurso, para que façam bom uso das informações disponíveis e incorporem tecnologias e métodos capazes de proporcionar o manejo sustentável e a conservação do solo.

Brasília (DF), 27 de março de 2015.

